

2

BOLETIM 03-86

d u f p e l

“PACOTE E ISONOMIA”

NOSSA POSIÇÃO SOBRE O PACOTE

Transcorridas duas semanas da implementação do programa proposto pelo Governo, através do Decreto-Lei nº2283 de 27/02/86, se faz imprescindível uma profunda reflexão do efeito do mesmo sobre todos os setores da sociedade e em especial sobre toda a categoria dos professores universitários fundacionais.

Em primeiro lugar é importante observar que o pacote (plano de estabilização econômica) se impõe no conjunto da sociedade brasileira por sua própria lógica e pela força da mídia, que como era de se esperar tem regido com bastante eficácia a orquestração do mesmo. Neste sentido não sendo um plano de crescimento, nem uma modificação da estrutura econômica do país, o pacote é enfocado como um programa drástico contra a inflação (daí sua denominação de linguajar "economês" de "choque heterodoxo") estando, neste aspecto coincidente com os anseios populares.

Tendo como um de seus principais produtos o congelamento dos preços das mercadorias e serviços, antiga reivindicação da classe trabalhadora, juntamente com lutas fundamentais como salário móvel e seguro-desemprego, o pacote vem gerando uma expectativa favorável na população. Neste sentido a própria categoria dos professores também está prestando seu apoio na disposição de, conjuntamente com todos os trabalhadores, fazer avançar tais reivindicações.

Entretanto, na prática, o confisco dos salários, trouxe significativa inquietação à todos os assalariados brasileiros, que já vinham perdendo salário real há vários anos seguidos. Assim, por exemplo, o cálculo do salário real médio a partir de 1º de março, pode ser perfeitamente questionado, uma vez que varia de categoria para categoria em função de suas conquistas no período imediatamente anterior ao decreto. É óbvio que, apesar da classe trabalhadora, embora engajada no objetivo geral do pacote, não deseje tratamento diferenciado entre as distintas categorias.

Estas questões polemizam o assunto, pois certamente as categorias que obtiveram conquistas salariais nos primeiros meses de 1986, terão aumentos superiores aquelas que somente tiveram reajuste semestral.

No caso específico dos professores universitários fundacionais, a situação se agrava, pois se por um lado obtiveram reajuste a partir de 1º de janeiro, este cabe destacar, foi exclusivamente função da conquista de uma luta histórica do movimento docente pela isonomia salarial entre as fundações. Assim, depois de uma greve nacional de 45 dias, o plano de cargos e salários das fundações federais, aprovado há poucos dias do Decreto-Lei que impôs o pacote, poderá ficar deformado pelo mesmo.

É necessário salvaguardar os interesses de nossa categoria. Estamos dispostos, conjuntamente com os demais trabalhadores brasileiros, ao sacrifício e ao risco da operação que o pacote impõe a sociedade, ao confiscar nossos salários em mais de 50%, considerando o reajuste que teríamos em março/86, e confiando que no entanto efetivamente os preços dos bens e serviços sejam congelados até março de 1987 (quando teremos novamente revisão "real" de salário). Entretanto, não podemos retroceder em nossas conquistas, bem como não é possível retroceder ao arroxó de um salário já defazado; é preciso esclarecer que caso a isonomia não seja respeitada a classe dos professores fundacionais terão somente um reajuste de 25%.

Outro ponto de vital importância na discussão sobre o pacote, é a necessidade de acabar com a falácia tão propagada nos

